

## A violência contra mulher negra e a ciência geográfica: uma análise da produção acadêmica por meio do catálogo de teses e dissertações da CAPES.

Taís Castro Garcia<sup>1</sup>; Samuel de Jesus Cabral<sup>2</sup>; Pedro de Moura Alves<sup>3</sup>; Tiaraju Salini Duarte<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [taisgarcia0111@gmail.com](mailto:taisgarcia0111@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [samuel.gts10@gmail.com](mailto:samuel.gts10@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – [mooura@live.com](mailto:mooura@live.com)

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas – [tiaraju.ufpel@gmail.com](mailto:tiaraju.ufpel@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher se tornou uma discussão recorrente na sociedade contemporânea devido a uma série de lutas vinculadas a movimentos sociais distintos. Neste sentido, ressalta-se que este fenômeno não é algo novo, todavia com o passar histórico e com as lutas das vítimas por justiça emergiram significativos debates acerca desta temática em diversas esferas. Nas ciências humanas, principalmente, surgiram pesquisas sobre esta temática que buscam por inúmeros caminhos teórico-metodológicos compreender a violência contra as mulheres.

Assim, trabalhos em diferentes áreas do conhecimento buscam entender os motivos desse tipo de violência se manifestar de forma tão rotineira, buscando também quais as políticas públicas que visam proporcionar segurança para essas mulheres. Importante destacar, conforme aponta Misse (2007), que a violência apresenta-se como um fenômeno multifacetário que perpassa desde estruturas institucionais e sociais até a manifestação nos corpos.

No que tange a violência contra a mulher destacamos a reflexão trazida pela autora Sueli Carneiro (2013), a qual aponta que devemos nos questionar de que mulheres estamos falando? Vivemos no Brasil a produção/constituição de um imaginário social que nunca superou seu passado escravagista e sua mentalidade colonialista (GONCALVES, 2005), estabelecendo e construindo em parte da sociedade uma visão racista que produz um projeto de genocídio sob os corpos negros, sendo este grupo o que mais sofre com as injustiças sociais na contemporaneidade.

Por isso, quando a sociedade entra em questionamentos e discussões a respeito da violência que assola as mulheres é de extrema importância incluir neste debate as múltiplas manifestações no espaço deste fenômeno, levado em consideração que a das mulheres negras, pois estas acabam por ser vítimas de uma combinação de violência que envolve, gênero, raça e classe.

Pensando neste contexto, estabelecemos nosso objetivo geral, o qual busca analisar a produção acadêmica da geografia brasileira sobre o tema violência contra a mulher negra, buscando compreender como que esta ciência se apropriou desta temática e analisou as variáveis sobre a violência a partir deste recorte social.

### 2. METODOLOGIA

Em termos metodológicos, o presente trabalho divide-se em etapas: A primeira corresponde a revisão bibliográfica a respeito da violência contra a mulher e a mulher negra. Após a revisão foi realizado um levantamento sobre a

produção acadêmica acerca da da violência contra a mulher negra na ciência geográfica; para tanto, foram utilizadas as bases de dados do portal de dissertações e teses da CAPES, sendo selecionados todos as pesquisas que possuíam no seu título, palavras-chave ou resumo os seguintes termos: “Violência”, “mulher negra” no intervalo de 10 anos. Como total foram catalogadas 69 dissertações e 27 teses. Para realizar a análise, os trabalhos foram categorizados por eixos significantes e analisados individualmente.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Refletir sobre a violência sofrida pelas mulheres negras nos leva a contextualizar o processo de criação do ser mulher e ser negra na sociedade, evidenciando que o processo histórico deixou intensas marcas na criação de uma identidade para estas mulheres. Por isso, quando discutimos a violência contra a mulher, não podemos universalizar a mulher como sendo uma única categoria, sem levar em consideração suas interseccionalidades. Em seu livro: Quem Tem Medo Do Femsimo Negro (2018, p.51), a autora Djamala Ribeiro (2018) cita a abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres Sojourner Truth e seu discurso: "E EU Não Sou Mulher?" na Convenção dos Direitos das Mulheres de 1851 em Ohio (EUA), evidenciando o distinto tratamento entre homens e mulheres (brancas e negras) na sociedade estadunidense:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

O discurso evidencia como o ideário de uma sociedade heteronormativa pautada no patriarcalismo criou uma ideia de identidade feminina, mas cabendo a sua definição aos dizeres machistas. Ademais, dentro deste universo, salientamos que a formação das relações e da identidade feminina foi distinta das mulheres brancas, pois enquanto elas lutavam para poderem trabalhar e ter direito ao voto, às mulheres negras estavam em suas casas trabalhando e cuidando de seus filhos. Em uma sociedade racista e machista, para a autora Grada Kilomba (2008), a mulher negra é o outro do outro.

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. Grada Kilomba, *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. p.124.

Assim as mulheres negras se encontram em um lugar desfavorável, na sombra desses outros agentes que compartilharam alguma das opressões com elas, mas não são atravessados ao mesmo tempo por um conjunto de violências oriundos dessas opressões. Para corroborar com tal perspectiva, trazemos a taxa de homicídios dolosos sofridas por mulheres brancas e negras no Brasil no intervalo de 10 anos, demonstrando com clarividência o papel de cada recorte social (figura 01)

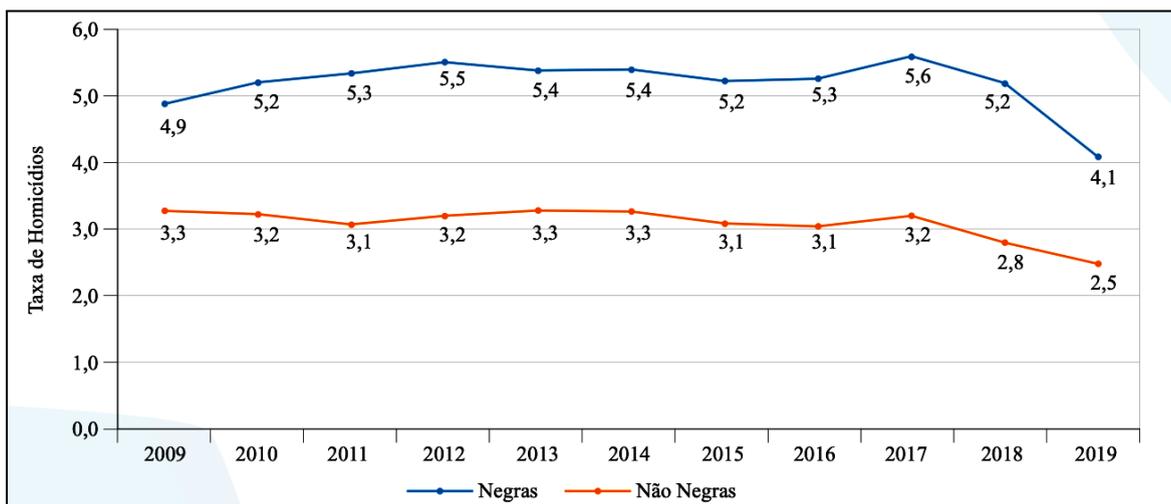


Figura 01: Evolução da taxa de homicídios femininos por raça/cor (2009 a 2019)

Fonte: Atlas da violência, 2019.

Como podemos observar no gráfico, a taxa de homicídios contra mulheres negras desde de 2009 se apresenta superior a de mulheres brancas. Se em 2009 a taxa de mortalidade das negras era de 48,5% maior que das brancas, após onze anos essas taxas chegam a 65,8%. Os dados demonstram que há uma diferença significativa entre essas duas classes de mulheres, sendo as negras marcadas por um conjunto de violências em que seus corpos são atravessados que vinculam-se diretamente ao preconceito étnico/racial da sociedade brasileira.

Neste sentido, torna-se importante analisar o movimento acadêmico para compreender este fenômeno. Na ciência geográfica, nos últimos 10 anos, nota-se que há uma diversidade de trabalhos que trazem a violência como temática da discussão. Esses foram separados e analisados a partir de 5 eixos temáticos com o intuito de compreender as formas que o termo “violência” vem sendo abordado.

O primeiro eixo, denominado de “Violência e geotecnologias” é representado por uma abordagem ampla do tema, tendo como principal foco a espacialização deste fenômeno. Neste sentido, foram agrupados 16 trabalhos onde são 4 teses e 12 dissertações que partem da espacialização para entender a violência a partir de diferentes contextos. O segundo eixo, denominado de “violência e sua relação com o território”, possui um total de 17 trabalhos, sendo 5 tese e 12 dissertações. Neste, sobressai-se uma discussão sobre as múltiplas formas de territorialização da violência em diversas partes do Brasil.

Como terceiro eixo, denominado de “violência e a luta pela terra”, podemos observar ao longo dos 12 trabalhos analisados que há uma relação direta entre a disputa pela terra, exploração de mão de obra, espaço agrário brasileiro e a violência que decorre destas lutas onde 6 são teses e 6 dissertações. O quarto

eixo identificado, “violência e o espaço urbano”, possui um total catalogado/analísado de 25 trabalhos (10 teses e 15 dissertação), os quais versam sobre múltiplas áreas que tangenciam a violência urbana, como, por exemplo a militarização e a segurança privada, o tráfico de drogas, violência lgbtqia+.

Por fim, elencamos como quinto eixo os trabalhos (denominado de Violência contra a mulher) que versam sobre a violência contra a mulher. Nesta categoria foram catalogados 17 trabalhos, sendo 1 tese e 16 dissertações. Nestes podemos observar uma variedade de temáticas na forma de trazer a discussão a respeito da violência contra a mulher, como por exemplo, a violência doméstica, os abusos sexuais e até mesmo a violência obstétrica.

Contudo, salienta-se que do universo analisado, apenas um trabalho dedicou-se a compreender especificamente a violência contra a mulher negra, o qual recortou sua pesquisa se dedicando exclusivamente a este tema. As demais pesquisas analisadas, por mais que tangenciem a temática da violência contra a mulher negra, tratam da violência contra a mulher de forma geral. Logo, conforme já apontado, ao pensarmos a violência contra a mulher devemos nos perguntar: de qual mulher estamos falando?, tendo em vista as gritantes diferenças na forma como a violência se manifesta nos diferentes corpos.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir da análise exposta, podemos evidenciar que no cenário atual há aumentos significativos nos índices de violência contra a mulher no Brasil. Neste universo, salienta-se a violência contra mulher negra, tendo em vista que os indicadores de raça/etnia evidenciam que este grupo possui índices muito superiores quando comparados com mulheres brancas.

Frente a este contexto, podemos observar que na geografia brasileira, nos últimos 10 anos, tivemos um total de 87 trabalhos a nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) que possuem a palavra violência no seu título, palavra-chave e resumo. No universo analisado, 17 trabalhos se enquadram no eixo de significado “violência contra a mulher” e apenas uma pesquisa dedicou-se especificamente a analisar a violência contra a mulher negra.

Portanto, concluímos que compreender a violência contra a mulher negra e suas mais variadas facetas urge como uma das mais importantes problemáticas para a ciência geográfica, tendo em vista a pequena margem (quase inexistente,) de pesquisas no cenário da pós-graduação da geografia brasileira que se dediquem especificamente a tema nos últimos 10 anos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.2013. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em 16/08/2022

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Editora Record, 2006.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KILOMBA, Grada. Plantation memories: episodes of everyday racism. Berlim: Unrast, 2008.